

O CORPO SOCIAL EM DISPUTA: A BIOPOLÍTICA DAS GUERRAS CIVILIZADAS ÀS NARRATIVAS DA NAÇÃO NOS PROCESSOS DE DESCOLONIZAÇÃO

Priscila Manfrinati⁶⁷

Artigo recebido em: 10/06/2016

Artigo aprovado em: 30/09/2016

Resumo:

O presente artigo é tributário das discussões sobre a guerra como campo antropológico e etnográfico realizadas durante a disciplina Antropologia da Guerra, ministrada pela Prof^ª. Dr^ª. Laura Moutinho pelo PPGAS-USP no segundo semestre de 2015. Considerando a dominação colonial própria ao fenômeno do *imperialismo moderno* além das dimensões materiais, ou seja, em seu aspecto de profundidade ideológica e epistêmica sobre povos inseridos na contra-modernidade, busco articular aqui os modos de instrumentalização da *vida nua* tanto nos processos coloniais, por parte dos Estados modernos, quanto nos de emancipação, por parte das nações descolonizadas. De tal maneira, apontamos relações entre o movimento de produção e reprodução da biopolítica moderna, presente na sujeição da vida biológica desqualificada nos cálculos de guerra do Estado moderno bem como na exclusão de minorias consideradas inadequadas ao discurso nacional pós-colonial e, portanto, estigmatizadas e/ou exiladas.

⁶⁷ Bacharela e licenciada em História pela Universidade de São Paulo, atualmente é mestranda do núcleo interdisciplinar Diversidade, Direitos e Outras Legitimidades (DIVERSITAS) da USP, onde pesquisa o fluxo migratório de sino-portugueses para o Brasil após a Revolução Maoísta. Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7352910986334558>.

Palavras-chaves: Guerra; Biopolítica; Imperialismo; Colonialismo; Discurso nacional.

Abstract:

This article is an outcome of the discussions about the war as an anthropological and ethnographic field held during the Anthropology of War discipline, taught by Prof. Dr. Laura Montinho by PPGAS-USP at the second half of 2015. Considering the very colonial domination proper to the modern imperialism phenomenon beyond material dimensions, that is, in its aspect of ideological and epistemological depth upon people inserted in the counter-modernity reality, I seek to link the instrumentalization modes of both bare life in colonial processes, by the modern states, as in the emancipation, by the decolonized nations. So, we point out the existence of relations between the movement of production and reproduction of modern biopolitics, present in the subject of biological life disqualified in the modern state of war calculations as well as the exclusion of minorities considered inadequate post-colonial national discourse and, therefore, stigmatized and/or exiled.

Keywords: War; Biopolitics; Imperialism; Colonialism; National discourse.

Introdução

Diferentemente do processo colonial dos séculos XVI e XVII, animado pelos princípios mercantilistas que garantiam o fortalecimento das economias nacionais em formação, a expansão de “tipo novo”⁶⁸ corresponde a um momento particular do

⁶⁸ Na obra *História das colonizações*, Marc Ferro diferencia os tempos históricos das colonizações em *colonização de tipo antigo*, em referência aos movimentos europeus de conquista extraterritorial ocorridos nos primeiros séculos da Era Moderna, e *colonização de tipo novo*, adequada às ocupações territoriais na África, Ásia e Oceania durante os séculos XIX e XX. Para o historiador, a denominação *neocolonialismo* serve à designação do tipo majoritário de dominação pós-colonial após as descolonizações do século XX, caracterizada pela influência cultural, econômica e política extraterritorial sem uso de ocupação civil e militar.

desenvolvimento das forças produtivas e da consolidação dos Estados modernos pós revoluções burguesas na Europa. Em tal contexto, a combinação entre o excedente de capitais, e transição do capitalismo industrial para o capitalismo financeiro, à ideologia de superioridade étnico racial dos europeus em relação aos demais povos, principalmente os do hemisfério sul, conhecida como *darwinismo social*, lançou as bases que caracterizam a ação imperialista de expansão e partilha de territórios africanos e asiáticos ocorridas entre as metades dos séculos XIX e XX.

As discussões clássicas sobre o conceito de imperialismo opõem liberais e marxistas em torno da relevância da historicidade dos processos humanos de expansão extraterritorial e a vinculação ou não destes ao modo de produção capitalista, fenômeno próprio ao final do século XVIII. Em ambas, no entanto, verifica-se o apontamento de relações diretas ou indiretas entre o imperialismo moderno e o capitalismo, mediadas ou não pela hegemonia do ideológico sobre o econômico, manifestadas em uma tendência dos Estados modernos em consolidação à expansão e, portanto, à guerra.

Na análise marxista de Lênin sobre o fenômeno imperialista próprio ao *colonialismo de tipo novo*, este afirma, em 1917, que o capitalismo atingiu seu auge com o advento do imperialismo moderno, encontrando nele a saída conveniente para acúmulo de capitais excedentes na Europa, o investimento de forma politicamente segura em territórios marginais e a incorporação de sociedades até então alheias ao modo de produção capitalista⁶⁹. Há nessa formulação uma combinação fundamental

⁶⁹ Evidentemente que, antes e depois de Lênin e sua obra clássica *Imperialismo: estágio superior do capitalismo* outros autores da tradição marxista elaboraram sobre o fenômeno do imperialismo europeu e seus efeitos sobre as colônias africanas e asiáticas na esteira de *A dominação britânica na Índia* (1853) e outros escritos de Marx. Na impossibilidade de desenvolver uma discussão aprofundada sobre a conceituação e contextualização do imperialismo neste texto, onde esta discussão é tão somente introdutória, a opção e o destaque a Lênin e a menção a Trotsky aqui coube como contraponto aos demais teóricos liberais mencionados adiante, como também teriam sido para esse fim proveitosas, embora por outros caminhos, as análises produzidas durante a Segunda Internacional Socialista por Rosa Luxemburgo, Karl Kautsky, entre outros, e Eric Hobsbawm, Michael Hardt e mesmo Antonio Gramsci, em seus escritos sobre a hegemonia, já no século XX.

entre fatores ideológicos e econômicos, com especial destaque para os últimos: o imperialismo moderno teria essência econômica e não seria, portanto, somente intrínseco ao capitalismo, mas o estágio superior de seu amadurecimento como força produtiva. Ele viabiliza uma nova divisão mundial do trabalho e um movimento de inserção do mundo na modernidade ocidental a partir da diluição dos demais modos de produção não-ocidentais na força centrípeta da produção e reprodução do capital. Trotsky ainda avançaria nas formulações do marxismo-leninismo sobre os efeitos da importação de tal força produtiva nos territórios coloniais na teoria do desenvolvimento desigual e combinado em, como aponta Löwy, “uma tentativa significativa de romper com o evolucionismo, a ideologia do progresso linear e o eurocentrismo e de dar conta da lógica das contradições econômicas e sociais dos países do capitalismo periférico ou dominados pelo imperialismo”⁷⁰.

Enquanto isso, Hobson⁷¹, um dos principais teóricos liberais do imperialismo, considera o fenômeno moderno como fundamentalmente animado por aspectos tais como *patriotismo, empresa militar, ambição política e filantropia*. Assim, aponta a força ideológica como sua motriz, baseada em uma mobilização massiva da opinião pública, e que é manipulada pelos interesses financeiros. Não haveria em tal leitura qualquer vínculo orgânico entre o impulso imperialista e o capitalismo, uma vez que

⁷⁰ Foi chamado por Leon Trotsky de “desenvolvimento desigual e combinado” o fenômeno da coexistência entre indústrias e capital financeiro em um país de agricultura primitiva e seus desdobramentos. Esses diferentes estágios se articulam e se combinam – na equação entre as condições locais, consideradas atrasadas, e as condições gerais, avançadas, importadas pela lógica produtiva ocidental dos imperialistas. Ver LÖWY, Michel. *A teoria do desenvolvimento desigual e combinado*. Tradução de Henrique Carneiro. Revista Actuel Marx, 18, 1995.

⁷¹ O colonialismo de segundo tipo colocado em prática pelas principais potências europeias a partir de meados do século XIX em suas bases e consequências sócio-políticas colocou um novo problema a ser elaborado no âmbito teórico - e disputado à esquerda e à direita. John A. Hobson, nascido em 1858 na Inglaterra, é considerado um dos pioneiros nos estudos da economia moderna, junto à teoria da concentração de Karl Marx, e o criador do termo imperialismo, cuja primeira ocorrência aparece na obra *Imperialismo: um estudo*, publicada em 1902 por Hobson. Em termos gerais, Hobson rechaça uma essência econômica ao imperialismo, o qual entende como “rentável para nenhum país”, tal qual Schumpeter. No entanto, diferentemente deste, Hobson é localizado em um espectro “liberal de esquerda”, uma vez que não defendia o fim do capitalismo, tal como os marxistas, mas sua transformação e humanização.

seriam diminutos os endossos de uma parcela dos setores capitalistas economicamente interessados (HOBSON; 1902, 66-7). Já em *Imperialismo e classes sociais*, por outro lado, o também liberal Schumpeter considera que a raiz fundamental do imperialismo é a criação de organização social voltada para a guerra, fator anterior ao capitalismo e que, portanto, o extrapola⁷². Ao buscar nas experiências históricas uma explicação para o fenômeno atemporal do imperialismo, afasta-o da vinculação aos avanços no modo de produção típicos da Europa a partir do século XVIII e demais possíveis motivadores, tais como a religião, e enquadra-o tão somente no espectro subjetivo do “amor à expansão”, em lógica argumentativa que se aproxima da psicologia social (SCHUMPETER; 1961, 25-6)

E a História nos mostra, na verdade, nações e classes – e maioria das nações proporciona, numa época ou noutra, um exemplo disso – que procuram expandir-se por amor à expansão, que buscam a guerra pelo amor da luta, a vitória pelo gosto de vencer, o domínio pelo prazer de governar. Essa determinação não se pode explicar por nenhum dos pretextos que servem para justificá-la, por nenhum dos objetivos pelos quais parece estar lutando, no momento. Independente de toda finalidade concreta ou ocasião, ela representa uma disposição permanente, aproveitando-se de todas as oportunidades. Ela se evidencia através de todos os argumentos levantados para justificar os objetivos momentâneos. Valoriza a conquista não tanto pelas vantagens imediatas – frequentemente duvidosas, ou desperdiçadas com a mesma frequência – como pelo fato de *ser* conquista, êxito, ação.

[...] Segue-se que, pela mesma razão, tal como a expansão não pode ser explicada pelo interesse concreto, assim ela também não é jamais satisfeita pelo atendimento de um interesse concreto. [...] Daí a tendência dessa expansão de transcender todos os limites tangíveis, ultrapassando-os completamente até exaurir-se. É essa, portanto, a nossa definição: imperialismo é a disposição sem objetivo, da parte de um Estado, de expandir-se ilimitadamente pela força.

⁷² Nascido em 1883 no extinto Império Austro-Húngaro, Schumpeter teve formação inicial em Direito, tendo exercido a advocacia como profissão, e depois especializado seus estudos em ciência econômica. Exerceu carreira acadêmica como professor em diversas universidades, como Harvard, período em que elaborou publicou obras como *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, *A sociologia dos imperialismos* e *Imperialismo e classes sociais*. Suas elaborações no campo da teoria econômica moderna são consideradas relevantes ainda hoje, tendo sido resgatadas para a compreensão das crises econômicas recentes, como as ocorridas na década de 1970 e na primeira década dos anos 2000. Exerceu carreira

Pouco ortodoxa, a formulação de Schumpeter considera o princípio da expansão como obra de natureza humana e desprovida de objetivo concreto, associando-se, porém, a uma ou outras causas de ocasião de pouca relevância em si mesmas, as quais chama “causas permissivas”. De tal maneira, os aspectos econômicos, localizados no âmago do imperialismo moderno pelos marxistas, são considerados irrelevantes ante a uma predisposição à violência ilimitada, justificada pelo impulso à conquista como fim em si mesmo, comum aos “imperialismos” desde a Antiguidade - com particular destaque para a formação de uma nobreza guerreira durante a Idade Média, cujas influências na esfera política seriam, para Schumpeter, verificáveis nas estruturas do Estado Moderno.

Ao buscar uma definição própria para a tendência à expansão verificada em diferentes tempos históricos, Schumpeter desconsidera particularidades econômicas do imperialismo moderno, próprio à colonização de tipo novo, naturalizando o pensamento bélico de seu próprio tempo histórico à formulação teórica sobre o impulso imperialista. Assim, há de se destacar do pensamento de Schumpeter a instrumentalização não problematizada das categorias de *nações* e *Estados*, que compatibilizam em si mesmos a tendência à expansão no âmbito da modernidade provida de objetivos próprios a conformação e sustentação destas instituições. Outrossim, neste tempo preciso da história ocidental, o aparato ideológico que sustenta tais instituições político-econômicas, como os símbolos nacionais, a ideologia de segurança nacional e, em contextos específicos, o sentimento de superioridade civilizacional e as rivalidades entre as burguesias interestatais traz em si o impulso imperialista subjetivado. A consolidação das nações modernas passa pela invenção das tradições e sua conseqüente introjeção ideológica, como mentalidade imperialista, no âmago do sentimento do povo como nação uniforme, o que Hobsbawm chamou de “discurso nacional”.

Em suma, partindo da premissa de Schumpeter, a máxima proferida pelo empresário e colonizador britânico Cecil Rhodes (1853-1902), *Se pudesse, anexaria os*

planetas, poderia ser interpretada como exemplo de tal tendência do ser humano à expansão ilimitada “desprovida de objetivos”, não fosse Cecil quem foi e o período histórico em que esteve inserido propício e fértil nos âmbitos cultural, político, econômico e bélico para tal. Fato é que, para embasar sua teoria da desvinculação do imperialismo ao modo de produção capitalista, o qual considera “democrático e igualitário por princípio”, Schumpeter reduz o potencial organizativo da burguesia moderna como classe hegemônica e, conseqüentemente, releva seu poder de ação sobre as instituições estatais e seu interesse na empresa colonial. Mais que isso, ignora deliberadamente as práticas imperialistas da Grã-Bretanha e Estados Unidos, onde o capitalismo se encontrava mais avançado. Toma-se, portanto, que a interpretação do fenômeno schumpeteriana do imperialismo moderno é profundamente relacionada às suas elaborações no campo da teoria econômica, marcada pela ideia de que “o capitalismo é o produto mais bem acabado da racionalidade econômica”, sendo incapaz de conviver por muito tempo com o descalabro das “manifestações instintivas”, atávicas, do imperialismo sem superá-las⁷³.

Para os fins deste artigo, podemos considerar em primeiro plano o ponto pacífico sobre o contexto no qual o discurso sobre o imperialismo de Schumpeter adquire significação e eficácia prática. A partir das diversas e contraditórias definições de imperialismo e suas motivações, assumimos que é inerente à instituição estatal inserida na modernidade uma inescrupulosa expansão territorial e, conseqüentemente, a tendência à guerra colonial “além de qualquer limite definível”, anexando aos seus os territórios e gentes inseridos na contra-modernidade⁷⁴. Como

⁷³ Sobre a centralidade da teoria econômica para a análise do imperialismo de Schumpeter, ver SILVA, Ligia Maria Osorio; OLIVEIRA, Milena Fernandes. *Schumpeter e as raízes históricas do imperialismo*. REVISTA Soc. Bras. Economia Política, São Paulo, n° 31, p. 65-96, fevereiro 2012.

⁷⁴ Utilizaremos tal conceito ao longo deste artigo a partir das acepções de Homi Bhabha, que opõem a modernidade ocidental ao tradicionalismo dos territórios do Sul, também chamado de contra-modernidade, em relação dialética de negação e incorporação durante os períodos colonial e pós-colonial. Toma-se por modernidade ocidental, portanto, o contexto de “cisão do mundo da tradição”, de hegemonia do capitalismo como forma de produção e reprodução da vida econômica e social e de predominância da racionalidade em esferas diversas como a política e a religiosidade.

aponta Charles Tilly, a história diz respeito ao capital e à coerção, que desempenham papel importante na criação dos estados nacionais⁷⁵. Como meio e como fim, a guerra é fator de sociabilidade fundamental e aprofunda a distinção entre a política interna e externa atuando na concretização das rivalidades entre os Estados em consolidação política e territorial das fronteiras nacionais. Ela é considerada inevitável pois “introduz os seres humanos no tempo da História” (PIATIGORSKY apud DAS; 2003, 26), sendo considerada pela literatura como “o próprio motor da História” (LUTZ; 1999, 612), associada à inexorável marcha histórica para o progresso – em contradição notória com seu legado de mortes e destruição⁷⁶.

De tal maneira, a guerra colonial funciona não apenas fato histórico pontual ou razão cultural civilizatória e solução econômica para os Estados modernos e suas burguesias mas torna-se uma estratégia de poder permanente, própria às engrenagens

No âmbito da instituição da modernidade como sistema-mundo, marcado pela emergência do sujeito e regido pelo individualismo, o “espírito democrático” e a especialização dos meios da atividade social, Bhabha considera que há aqueles que a vivem “de outra forma” – “nem moderna e nem anti-moderna, mas não moderna”, recebendo o significado das temporalidades narrativas da cisão, ambivalência e vacilação próprias às margens da modernidade.

⁷⁵ Ver TILLY, Charles. *Coerção, Capital e Estados Europeus*. Trad. Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Edusp, 1996. p.63.

⁷⁶ Faz-se necessário detalhar brevemente nesse momento do texto a conformação da Antropologia da Guerra como campo analítico dos mecanismos sociais de produção de violência, conflitos e guerras e de suas consequências. Concebida por alguns autores como uma especialização temática da Antropologia política, entre eles Keith F. Otterbein, tal “especialização” busca dedicar maior atenção ao lugar dos conflitos armados, da guerra e das violências física e simbólica na produção de um saber antropológico com questões éticas e metodológicas próprias. Apesar das questões recentes que mobilizam uma produção relevante nesse campo, tais como o lugar o militarismo na produção de desigualdades econômicas e até de gênero ou a violência racista das guerras civilizadas em contraposição à violência nacionalista das guerras étnicas, a Antropologia da Guerra tem historicidade pode ser situada cronologicamente entre o período fundacional (1850-1920), o clássico (1920-1960), o apogeu (1960-1980) e a produção recente. As preocupações do período fundacional, que basicamente localizavam as práticas guerreiras em sociedades primitivas, foram sofisticadas ao longo dos anos – período bélico e pós-bélico cuja compreensão dos impactos da guerra sobre as sociedades se tornaram de primeira ordem no âmbito das Ciências Humanas – e hoje são direcionadas a temas como a gestão da dor e do sofrimento em situações de conflitos sociais e os modos de reconstrução e de regulação da vida social pelo Estado, abordados por teóricos como Christian Geffray, Catherine Lutz, Grace Cho e José Luis Cabaço, entre outros, que serão referenciados ao longo deste artigo.

imperialistas do Estado moderno⁷⁷. É a guerra o exercício pleno da soberania, aquele em que o soberano adquire autonomia do corpo social e dele prescinde para decidir sobre o estado de exceção, acima e fora da lei (AGAMBEN; 2014, 122).

Orientadas ao menos por um discurso objetivo e público, que consiste nos princípios materiais e ideológicos *civilizar, colonizar, irradiar a cultura e propagar-se política e culturalmente* (FERRO; 1996, 27), as guerras coloniais, têm como *sujeito* a composição de forças entre burguesia nacional e Estado moderno que, criando sociedades segmentadas, descentram o poder dos administradores ou elites locais. Uma vez que o poder já não é mais uma prerrogativa exclusiva de alguém ou alguma instituição referenciada, sendo removido de uma sociedade como um todo, testemunha-se na dominação colonial o nascimento de um Império (HOFFMAN; 1902, 7). Assim, a guerra colonial qualificada, adquirindo na opinião pública o contorno de *guerra civilizada* (onde o conceito cultural de *civilizar* tem função econômica precisa), é definidora do destino dos Estados modernos e de suas colônias. O direito ao decreto de guerra e de condução da mesma pelos Estados modernos sob a égide da *civilização* implica disposição da vida nos cálculos da biopolítica e a distribuição desigual das vidas lamentáveis e não lamentáveis e, colateralmente, de condição em escala mais ou menos humana entre centro e periferia, colonos e colonizados. Assim, as grandes potências exportam a guerra para o resto do mundo e, com isso, evitam que suas energias destruíssem uns aos outros em explosões concentradas, possibilitando uma ausência parcial da guerra em seus territórios e uma menor sensibilidade aos horrores dos conflitos (TILLY, 1996: 124). A ocupação imperialista nos territórios inseridos na contra-modernidade inaugura assim uma condição de sujeição aos subalternizados de toda ordem: econômica, epistêmica, biopolítica.

⁷⁷ Mesmo os marxistas da Segunda Internacional (1889), como Van Kol, E. David, Noske e Hildebrands, reivindicam o avanço do colonialismo como “fato da História”, “movimento rumo à civilização”, uma necessidade histórica para o avanço das forças produtivas em escala global – etapa fundamental no amadurecimento das condições objetivas e da consciência da classe trabalhadora para o socialismo. Ver PINKSY, Jaime (org.). Questão nacional e o marxismo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

Bem como não é possível definir os limites da força despendida pelos Estados modernos para a guerra, também são indefinidos os limites da duração de suas temporalidades. Em curta duração, a *guerra civilizada* opera como necessidade constante e imediata ante à crescente permeabilidade das fronteiras, à consequente defesa territorial e à garantia dos interesses econômicos das burguesias nacionais em âmbito extraterritorial. Seus efeitos, no entanto, são inseridos no tempo da longa duração: das sociedades em contato, colonizadores e colonizados em constante relação dialética, nenhuma pôde retornar ao que era antes das *colonizações de tipo novo* o mesmo após as independências.

Os colonialismos impuseram novas estruturas às relações sociais, ao modo de produção, à circulação de valor, aos modelos políticos de modo verticalizado *Norte-Sul*, permanente e em escala global⁷⁸. No colonialismo de tipo novo, a força centrífuga do modo de produção capitalista foi lançada aos “outros”, em novos e inexplorados territórios e povos, ressignificando noções como “progresso” e “trabalho” e promovendo substituições éticas – efeito do decreto dos *Criminal Tribes Act* sobre a Índia por parte do governo britânico em 1871, por exemplo⁷⁹. O colonialismo, portanto, inaugura formas particulares de pensar, produzir e se relacionar, configurando-se como um fenômeno de fato social total: uma ruptura das esferas de distinções culturais, econômicas e políticas. Ele engendra entre a modernidade e a contra-modernidade seu próprio seu sistema de diferenciação cultural, autoridade social e discriminação política. E é nesse ínterim que se encontra a ambiguidade da guerra colonial e a dialética da colonização: entre a legitimação da violência e a justificativa civilizatórias por parte das potências imperialistas, quanto maior é o território conquistado e a sujeição de povos interior tanto maiores são a

⁷⁸ “entre 1876 e 1915, mais ou menos um quarto da superfície terrestre estava distribuído ou redistribuída sob a forma de colônias entre meia dúzia de estados” (HOBSBAWM, 2009: 59).

⁷⁹ O decreto em questão significou uma estigmatização de determinados grupos sociais e étnicos indianos como “criminosos habituais”, sendo sujeitos a restrições de deslocamento e controle policial.

vulnerabilidade e a permeabilidade do Império, o desenvolvimento desigual e combinado e a velocidade em que impulsiona o avanço de uma cultura crescentemente transnacional.

Segundo Homi Bhabha, a quem as emergências na cultura são fundamentais para a formulação de uma teoria pós-colonial autônoma das epistemologias criadas pelo centro para legitimação civilizatória, as relações com tal contra-modernidade colonial transformam as noções de sujeito histórico, fazendo inclusive que noções de raça ganhem substância e proporção⁸⁰. Assim, a presença imperialista nas colônias descentrou as comunidades, desestabilizou suas relações e as introduziu em um novo tempo, criando novas rivalidades. Em suma, o fato colonial falseou a História, interrompendo o livre desenvolvimento das nações extra-europeias e operando como obra de desnaturação (FERRO; 2008). A guerra de conquista no colonialismo se estende do campo militar para o cotidiano da vida civil, envolvendo as populações em suas dinâmicas, éticas e economias e contribuindo na conformação de novas realidades coloniais.

A segmentação dos povos dominados (operada na diferenciação cultural) serve ao princípio político de dividir para dominar (imposição de autoridade social) e a discriminação política é cara ao exercício de governo que, por sua vez, encontra na guerra colonial o instrumento necessário para a preservação do Império. Por discriminação política no âmbito colonial depreende-se que *não há igualdade entre os súditos*. Os sujeitos coloniais, em sociedades tuteladas e esvaziadas de si mesmas, são amputados em sua herança e submetidos a personalidade do dominador e seus valores culturais, éticos, econômicos e nos cálculos da biopolítica. Nas colônias, a intervenção

⁸⁰“A construção do sujeito colonial no discurso, e o exercício do poder colonial através do discurso, exige uma articulação das formas da diferença – raciais e sexuais. [...], os epítetos raciais ou sexuais passam a ser vistos como modos de diferenciação, percebidos como determinações múltiplas, entrecruzadas, polimórfas e perversas, sempre exigindo um cálculo específico e estratégico de seus efeitos. Tal é, segundo creio, o momento do discurso colonial. É uma forma de discurso crucial para a ligação de uma série de diferenças e discriminações que embasam as práticas discursivas e políticas da hierarquização racial e cultural.” (BHABHA; 2013, 119)

dos Estados modernos em nome da civilização impõe a contradição do progresso como devir ontológico entre problema e solução para os nativos, inseridos no discurso antinômico de *civilização* e *barbárie*. De tal maneira, no território descentrado das colônias, identidade cultural, raça e identidade política são construídas no campo simbólico por meios de processos de alteridade e de hierarquização, processos de fragmentação do corpo social donde alteridade implica em vínculos éticos-morais e vínculos afetivos. Tais processos marcaram o destino das estruturas sociais nas colônias profundamente ligando por meio da qualificação política das vidas e dos destinos do homem ao do Estado-nação inserido na modernidade. Em tempo, cabe pontuar que tomamos por corpo social o corpo individual biológico e qualificado, chamado por Agamben de *vida nua*, em escala coletiva e em sociedade.

O lugar social e identitário ambíguo das *yanggongju* na Coreia é simbólico dessa nação fraturada, cindida pelos valores éticos e as necessidades econômicas. Consideradas *alegorias da nação*, as chamadas *comfort women*, mulheres que serviam como prostitutas às tropas japonesas e estadunidenses, representam a fragmentação do corpo social que perdurou nas colônias nos processos de descolonização e impôs ausências nos discursos oficiais. Entre heroínas nacionais e silenciadas pela historiografia oficial, as *yanggongju* são as personagens dilaceradas pelos cálculos da biopolítica de guerra e das narrativas nacionais pós-guerra. Isso pois, após a II Guerra Mundial e o ascenso das perspectivas anticoloniais, entre elas o nacionalismo defensivo e seus discursos seletivos de raça e gênero, as colônias em processo de emancipação passaram a formular sua definição do tipo nacional ideal, processo em que tanto as *yanggongju*, como os *sikhs*, na Índia, e os *barkis*, na Argélia, tiveram sua participação vetada.

Vale assinalar que em países como a Coreia, Índia, Argélia e Serra Leoa, os processos de descolonização ocorridos na segunda metade do século XX resultaram em um imperialismo sem colonos, chamado de neocolonialismo por Marc Ferro, em que houve uma transição pactuada marcada pela continuidade das instâncias

imperialistas intervindo nos lugares de poder dos países emancipados. Longe de qualquer ruptura radical, verifica-se uma troca de soberania, com a permanência dos vínculos econômicos e a ascensão da burguesia local, solidificando as metrópoles coloniais dos novos Estados em torno das elites consagradas pela ação imperialista anterior. Em outros casos, como a descolonização através da transição ao maoísmo na China, a negação da continuidade dos vínculos econômicos e dos privilégios de mercado das nações imperialistas e a posterior investida ideológica de formação cultural de um corpo nacional coeso e consistente culminou na expulsão dos estrangeiros do território chinês. Apontando os estrangeiros como espoliadores da nação, Mao Tsé Tung teve eco em seu discurso na subjetividade do povo chinês que, mesmo miscigenado em territórios internacionais como Shanghai e Hong Kong, passou a adotar o “discurso do outro” na operação da exclusão dos considerados páreas sociais, em uma instrumentalização contraditória do contexto de fragmentação social inaugurado pelo colonialismo.⁸¹

Tais exemplos permitem afirmar portanto que a conformação do discurso nacional nas ex-colônias com condições pós-coloniais radicalmente distintas mobilizou igualmente aspectos da biopolítica moderna dos colonos na medida em que prescindiu de discriminações políticas e, com isso, pôs em marcha movimentos migratórios de excluídos. O contexto de transição da situação colonial para a independência política em diversos países com maior ou menor interferência dos Estados imperialistas (não apenas os europeus mas também o Japão e os Estados Unidos, no caso chinês) produziu portanto um grande fluxo de imigrantes e refugiados a partir da segunda metade do século XX, uma vez que, fugidos das guerras civis ou estigmatizados durante os processos de construção da identidade nacional

81 Minha pesquisa atualmente desenvolve considerações sobre as trajetórias dos refugiados sino-portugueses de Shangai e Macau para o Brasil após a Revolução de 1949. A hifenização da nacionalidade desses sujeitos, considerados estrangeiros, se dá pela particularidade da condição de transmissão da nacionalidade portuguesa por ancestralidade distante e o nascedouro e vivência em território chinês.

(em que o nacionalismo defensivo teve grande peso ideológico), muitos tiveram de abandonar os países de origem. Ou já não eram mais aceitos no local de nascimento em virtude de suas relações com os colonizadores, como o caso das *yanggongju* na Coreia, dos *harkis* na Argélia e dos sino-portugueses de Shanghai, ou não foram contemplados no projeto de nação em construção, como sino-portugueses de Moçambique. Os processos anteriormente descritos evidenciam portanto que o discurso oficial da nação é permeado por presenças e ausências, relações de dominação e exploração, em que o corpo social é manipulado biopoliticamente.

Buscando responder a uma nova realidade histórica da contra-modernidade pós-colonial, as atuais teorias críticas passam a dar conta da massa excluída na escrita de uma história subalterna das margens da modernidade, propondo a revisão do conceito de desenvolvimento importado nas colônias e a consideração em primeiro plano dos testemunhos coloniais dos ausentes. Ao tomar os testemunhos coloniais como documentos históricos legítimos, dando voz aos subalternos, é possível delinear uma intervenção no discurso de normalidade hegemônica. A produção epistemológica sobre os marginalizados na História entra no combate das hegemonias colocando a cultura das fronteiras como estratégia de sobrevivência marcadamente transnacional e tradutória dos antagonistas e contestando as grandes narrativas, direcionando a criação de temporalidades alternativas de articulação das historicidades diferenciais, contrapontuísticas e interruptoras de raça, gênero, classe e nação (BHABHA; 2009).

Tomando como premissa que a mediação pelo local de privilégio não nos emancipa e o universalismo escamoteia as diferenças em favor dos grupos dominantes e/ou hegemônicos, reforçamos a emergência da teoria pós-colonial na análise crítica dos processos de descolonização mas, entretanto, é inevitável assumir que não seria possível abordar as relações culturais das esferas de antagonismo social em completa negação à cultura hegemônica. Na medida e que os pontos de partida propõem reflexões sobre as experiências coloniais de guerra e emancipação entre sul-sul e

norte-sul e que as interdependências dessas localidades operam em escala não hierárquica, a abordagem dessas experiências, algumas já exaustivamente tratadas, permite lançar novas luzes às contingências e dar voz aos sujeitos das margens, sem negar a invariável influência permanente da cultura hegemônica nestes, mas valorizando suas percepções e versões históricas para a construção de novas epistemologias. Nos pressupostos de formulação da teoria pós-colonial faz-se necessário um esforço de articulação das diferenças e eliminação da noção positiva de civilização para romper com a bases fundamentais das dicotomias e imposição das versões hegemônicas, subvertendo protagonismos e antagonismos, presenças e ausências. Em outras palavras, propomos como resolução dos impasses epistemológicos aqui analisados uma substituição da sociologia do desenvolvimento e da teoria da dependência por uma revisão de pedagogias nacionalistas ou “nativistas”. Da sociologia das ausências, ativamente produzida sem autoridade, em que a noção de humanidade baseia-se na de desumanidade e no progresso e na alteridade excludentes, para a sociologia das emergências, no intuito de abrigar na teoria outras formas de vida e de produção epistemológica que estão fora da legitimidade do discurso oficial dos ex-colonos e das nações emancipadas. Especificamente, no que toca o meu interesse, nas narrativas de construção da nação como comunidade imaginada e partilhada.

Pretendo, portanto, abordar no presente artigo os processos de *disposição das vidas humanas* na colonização e descolonização dos territórios africanos e asiáticos buscando compreender, na natureza das guerras de emancipação e na composição dos sujeitos em disputa, seus desdobramentos na construção de identidades nacionais e, em consequência delas, também os fluxos migratórios de excluídos. Para tanto, torna-se necessário articular as presenças e as ausências nas narrativas ideológicas das nações pós-coloniais, mobilizando os silêncios e as vozes dissonantes de seus renegados reivindicados pela teoria pós-colonial.

A disposição de vidas para a guerra colonial

Em que medida e com quais objetivos os Estados dispõem das vidas em seu poder para a guerra? Como a guerra pode ser compreendida na complexidade de seu impacto na vida humana, na organização e reorganização de sociedades e identidades? Como abordá-la no âmbito das ciências sociais para uma análise necessária das vivências partilhadas entre civis e militares e seus significados múltiplos e contraditórios? A análise dos testemunhos da realidade colonial e sua incorporação na produção de conhecimento pós-colonial é fundamental para tecer respostas a estas questões.

O fim da Segunda Grande Guerra colocou os Estados do norte e as colônias do sul em movimento de reorganização das ordens econômica, política e militar mundiais. Seus desdobramentos em novas guerras de emancipação, inseridas no contexto geopolítico particular da Guerra Fria (a corrida armamentista de demonstração de poder bélico e alto teor psicológico nas massas) e os consequentes apelos civis humanitários e antiguerra colocaram a relação da sociedade civil com a guerra em outro patamar.

Estima-se que 90% das vítimas de guerra no fim do século XX não eram soldados. Foi durante a chamada *Era dos extremos*⁸² que a sociedade civil passou a conviver mais cotidianamente com a guerra. Sua dinâmica, seus termos e suas implicações tornaram-se paulatinamente “comuns”, inseridos na vida civil, ao ponto de ser criada a demanda de conceituação de uma “identidade civil”. A vida de muitos ao redor do globo, em maior ou menor medida é tocada atualmente pela guerra e seus diversos níveis de manifestação e, mais profundamente e atemporalmente, por seus traumas. Sobre a transição da categoria de guerra de Clausewitz para as formas menos

82 Conceito criado pelo historiador britânico Eric Hobsbawm para determinar o século XX, mais precisamente do início da primeira guerra mundial em 1914 até ao queda do muro de Berlim. O período compreendido por esses dois grandes acontecimentos colocou a humanidade na contradição do otimismo pelo avanço das ciências e da tecnologia e a desesperança das sucessivas guerras.

rígidas de compreensão do fenômeno, como as guerras civis, guerrilhas e guerra fria, afirma Catherine Lutz que:

Nossa visão tem sido limitada pela visão de guerra de Clausewitz, que a vê como uma violência organizada dos Estados em combate entre si mesmos, em busca de uma vitória absoluta. Ela tem sido limitada também pela aceitação de categorias de soldados e civis, um perpetrador ou protetor e o outro uma vítima ou protegido. [...]. Guerra é homens em uniformes, indústria armamentícia, Estados em competição entre si mesmos. Mas isso ignora como o modo dominante da beligerância tem mudado ao longo do século XX, ocorrendo mais com do que entre os Estados, matando cada vez mais, até intencionalmente buscando atingir civis [...]. Isso ignora o estado de guerra permanente que caracteriza grandes segmentos do globo. (LUTZ; 1999)

O trecho introduz o debate sobre a necessidade política e acadêmica de deslocar o conceito de guerra de seu âmbito predominantemente militar para a perspectiva civil, de modo a compreender o impacto desse novo modelo de guerra na vida cotidiana. Esse deslocamento prevê, ainda, uma interpretação agambeniana da guerra permanente com base nos cálculos da biopolítica, uma vez que mais “vidas civis” são contabilizadas pelos Estados beligerantes no estado de exceção constante e a ele reagem em sua agência.

Aprofundando as reflexões propostas anteriormente, cabe ressaltar que o Estado moderno exerce o direito de aposta na guerra e o exercício do monopólio da violência, a despeito do sofrimento humano imposto sobre si e os outros, em favor do conflito como necessidade de futuro de uma noção particular de “comunidade nacional”. Em grandes segmentos do globo, a partir do fim do século XX, há um permanente exercício de poder político de Estado nacional sobre a chamada *vida nua*⁸³.

⁸³ Para Agamben, vida nua é a definição de vida natural não politizada, sujeita e manipulada pelo poder soberano. Em *Vontade de saber*, Foucault examina o processo de incorporação da vida natural nos mecanismos de poder e nos cálculos estatais que conformou a *biopolítica* nos limiares da Idade Moderna. Nesse contexto de passagem de Estado territorial para Estado de população, teria havido um triunfo do capitalismo na efetivação do biopoder e da manipulação dos “corpos dóceis”. Para Foucault, as *tecnologias do eu*, através das quais se realiza o processo de subjetivação, levam o indivíduo a vincular-se a própria identidade e à própria consciência e, por conseguinte, a um poder de controle externo. Para sua existência como tal, o Estado moderno teria empregado técnicas de individualização

Interesses políticos e econômicos regem o “projeto de futuro” das nações, bem como motivações ideológicas de justiça, vingança e “virtudes heroicas”, e a ele são dispostos, na passagem do comportamento individual à ação política em nome da nação, a população e o meio ambiente como capitais simbólicos — sem prévia assinatura de “contrato social” (DAS; 2009, 30).

Uma situação de guerra exige, no plano estratégico, a definição clara das linhas de fratura entre os dois contendores. A concepção que preside o combate não aceita mediações porque o sucesso implica o domínio do instinto humano mais profundo: a própria vida. [...] Por um lado, por que combater: a consciência de que se justifica pôr em risco “uma vida que não vale a pena”, isto é, a passagem do comportamento individual à ação política por meio da assunção de uma causa colectiva. Por outro lado, contra quem combater: a definição precisa do inimigo que deve ser combatido. A luta, porque contrapõe vida e morte, tem uma essência maniqueísta e absolutiza a realidade.(CABAÇO; 2009)

Investido de sua legalidade institucional e da ideia de devir histórico da guerra, o Estado concatena a posse do direito de declarar guerra e conduzi-la a seu critério, manipulando as permissões e restrições à violência justificável em guerra e escolhendo os inimigos nacionais, e a imposição dessas disposições como violência contratual na forma de obrigação e de obediência às regras⁸⁴ aos nascidos em território nacional. As vidas destes entram nos cálculos de Estado alheias às virtuais possibilidades de escolha individual. No caso do empreendimento de guerra colonial há ainda um discurso mobilizador de naturalização das necessidades de abastecimento e de contingente humano extraterritoriais, racionalizado e incorporado na estrutura de pensamento civilizatório dos colonos. Outrossim, o Estado imperialista prescinde da instalação de uma rotina de guerra nas sociedades colonizadas e nas colonizadoras. Na lógica do conflito como meio de subsistência da comunidade nacional, essa

subjetivas e procedimentos de totalização objetivos. A implicação da vida nua na esfera política constitui o núcleo originário do poder soberano – a produção de corpo biopolítico é a contribuição original do poder soberano (AGAMBEN; 2014, 14)

84 Termo fundamentado a partir da noção de contratualismo de Rousseau e a vontade geral como requisito do contrato social para legitimidade do Estado.

instalação responde aos atritos internos próprios a estrutura socioeconômica do colonialismo, que tem a desigualdade como premissa, como à corrida concorrencial entre os projetos imperiais. Há de se apontar, portanto, que o inimigo nacional eleito a ser combatido nem sempre é *a priori* outro Estado nacional ou um grupo específico.

Nas guerras coloniais, as justificativas ideológicas direcionavam os Estados capitalistas a uma necessidade de combate à barbárie do mundo subdesenvolvido em nome do “bem comum, a democracia e a segurança”. O inimigo se concretizava no enquadramento de uns e outros na realidade colonial na alcunha de “bárbaros” e “selvagens”. Os colonizados não eram inimigos em si por não representarem qualquer ameaça direta: trata-se aqui de um combate ideológico e voltado à característica pré-capitalista, considerada superável pela intervenção do homem branco que, investido do direito à guerra em nome de uma missão civilizatória global, apropria-se da noção de progresso com fins imperialistas. O conceito de levar democracia significou na prática a extensão da disposição sobre as vidas do Estado nacional para as que, fora do território, eram consideradas dignas de tutela. Consequente e convenientemente, o colonialismo apresenta-se como ordem normal e justa, onde os colonizados são povos que carecem do domínio europeu e os territórios ultramarinos incorporados como parte inalienável da pátria.

A partir de tais reflexões, assumimos a aplicabilidade do conceito de *biopolítica* para designar a constante luta entre essas duas forças, em vez de apenas uma independentemente da outra: por um lado, o monitoramento, controle, disciplina e administração das vidas pelos aparelhos de poder como o governo e seus exércitos; por outro lado, a agência da população civil contra esses poderes produzindo, praticando e apresentando novas maneiras de compartilhar a precariedade das vidas.⁸⁵

85 Para Judith Butler, a sobrevivência na violência torna a todos vulneráveis, onde submeter o outro a violência é também correr o risco de perder a si mesmo. A saída seria uma não crueldade e a superação da vida nua como dispositivo de Estado. Ela aposta na possibilidade de desconstruir o direito de guerra e de submissão pela escravidão e, acima disso, o direito do Estado de posse sobre seus cidadãos e sobre os cidadãos de outros Estados, uma vez que esse constitui-se institucionalmente e não pode tomar indivíduos por seus inimigos.

Em meio às tensões da biopolítica aplicada ao contexto do colonialismo, evidencia-se a partir da segunda metade do século XX o movimento de resistência de diferentes populações civis aos aparelhos de poder coercitivo dos Estados nacionais. Foi o início da resposta dos subalternos à incorporação de si por parte da sociedade civil colonial, dos colonos, e à instauração de uma “casta superior” baseada em um sentimento de desprezo intrínseco à ideologia colonialista. Além das populações contingentes compreendidas e calculadas nas fronteiras da nação, as populações compreendidas e calculadas no âmbito extraterritorial, submetidas aos aparelhos específicos de poder do imperialismo, passam a se organizar para emancipação do contrato social não assinado em movimentos anticoloniais. À reação dos colonizados foi dado o nome de guerra subversiva, processo de resistência que exigiu alterações profundas no comportamento dos colonos e administradores coloniais nativos em sentidos distintos.

O posicionamento de parte da população civil de Estados colonizadores como a Inglaterra, por exemplo, orientou-se contra os interesses econômicos e a violência contratual que envolveram o corpo social na guerra colonial na África do Sul. Em tal contexto, as mulheres ativistas pró os povos nativos Boers expressavam as seguintes opiniões: “[...] a guerra era desnecessária e ainda por cima imoral”, “uma diplomacia mais competente poderia ter evitado isso”, “os Boers foram forçados à guerra pela agressão britânica e o espectro amplo [do conflito] foi engendrado pelos magnatas da extração do ouro em Joannesburg e seus próprios interesses”. A atitude mais comum no Império Britânico foi um desejo dos civis de cessar as guerras de expansão militar, junto a uma crença de que os territórios existentes poderiam ser governados por um maior comprometimento com o bem-estar das populações nativas. Por outro lado, em um esforço de manutenção dessas vidas em poder dos aparelhos de Estado, colonos e administradores passaram a criar mecanismos como os campos de refugiados, que estreitavam a malha de controle sobre as populações, e de integração dos nativos nos exércitos. A integração militar era compreendida como

um passo adiante no processo de assimilação e da continuidade da ingerência imperialista na África do Sul e usava os campos de concentração como artifício, sendo estes considerados paradigmas do espaço biopolítico da modernidade pois que fundados em estado de exceção de estatuto normativo. Nesses dois fatores – a divergência na concepção das relações a manter com os colonizados e o distanciamento da guerra colonial por parte da sociedade civil branca –, cujo denominador comum é o privilégio, estavam os fundamentos do conflito que se desenvolveu entre civis e militares no decurso da guerra colonial. (CABAÇO; 2009, 243). Depreende-se dessa experiência particular que os militares ingleses são dispostos à parte do corpo social, territorial e ideologicamente, pois que contrariando as demandas civis, enquanto estes são imersos em discursos patrióticos que buscavam legitimar a guerra colonial sob a égide civilizatória.

A estratégia de resposta dos colonos ingleses, franceses e portugueses contra os insurgentes era empreender esforços de contrassubversão que consistiam em ações psicológicas sobre as populações e apoio às autoridades civis locais. Eles buscavam alimentar o sentimento de guerra em todos os estratos sociais e “raciais”, utilizando forças locais para seus interesses na realização de desejos de conquista e criando critérios de utilização da guerra como valorização do indivíduo, meio de prestígio pessoal e distinção social. Ainda em uma lógica racista própria da ação colonial, abria-se a possibilidade aos nativos que fossem recrutados como soldados para o imperialismo ou para a própria nação de superação da condição moral, sem dar margens à possibilidade de integridade e elevação da mesma condição moral.

Na guerra subversiva, o “terreno de manobra”, segundo o general português José Luís Canêlhas, “era a população, e a conquista da opinião o objetivo popular. Dá-se, portanto, mais valor à conquista das almas do que à conquista do espaço” (CANÊLHAS, 2000, p.311). Tratava-se de um conceito novo de guerra, com um inimigo “cuja natureza era completamente distinta dos 'inimigos' clássicos, em especial porque utilizavam as populações simultaneamente como ambiente

operacional privilegiado, como objetivo e como retaguarda” (AFONSO; GOMES, 2000, p.66 *apud* CABAÇO; 2009, 245)

A participação ativa da sociedade civil na dinâmica da guerra colonial se deu ainda além da integração dos nativos nos exércitos nacionais e imperialistas, da intervenção midiática e humanista e como mão de obra no abastecimento de insumos para a campanha colonial. Compreendendo a introdução da biopolítica moderna em terreno colonial, entende-se a maneira como os “corpos matáveis dos súditos formam o novo corpo político do Ocidente (AGAMBEN; 2014, 122) na distinção entre quem e o que é membro da nação e quem e o que não é, onde a exclusão é mais significativa na função política suprema do Estado. A atuação das *yanggongju* na Coreia demonstra a disposição também do trabalho sexual feminino na lógica da guerra. Estas serviam como um serviço “altamente necessário”, uma “população disponível que protege do comunismo da Coreia do Norte e da violação sexual dos Estados Unidos”, vendendo sexo como à garantia da segurança nacional.

Para a proteção da integridade das demais mulheres e a entrada de dólar na economia coreana, as *yanggongju* encontravam-se no limite entre heroínas nacionais e páreas sociais. A prostituição militarizada se tornou a única forma legal de prostituição na Coreia, regulada nas instâncias de poder pelos dois governos a despeito do silêncio sobre o assunto nos documentos militares dos Estados Unidos⁸⁶. Apesar de consideradas nos cálculos de guerra, foram anuladas na seletividade das identidades nacionais, sendo negadas em sua nacionalidade e excluídas das narrativas nacionais.

A biopolítica das narrativas e contranarrativas nacionais

Ao longo dos processos das guerras coloniais de emancipação, inseridos no contexto mundial da Guerra Fria, os Estados imperialistas conseguiram exercer graus

86 Idem. p.106

diferentes de influência sobre os modelos políticos e econômicos a serem adotados pelos novos Estados em formação. Sobre Moçambique e na China, entretanto, em razão das reações antiimperialistas de orientação comunista, que criaram uma contraofensiva ideológica contra a presença estrangeira nos países, foi alimentada uma visão colonial-racista que relacionava o avanço das forças de subversão à intervenção de outros países. O sucesso dos movimentos comunistas ante os bem preparados e equipados exércitos colonos só poderia ser plausível mediante a ajuda de potências mundiais como a Rússia.

No entanto, tanto nos casos apontados como nos demais em que houve transição pactuada e maior ingerência dos Estados imperialistas nos assuntos nacionais, as divisões sociais criadas pelo colonialismo permaneceram e se perpetuaram na fixação dos tipos ideais na construção das identidades nacionais. Os Estados passam a se formar como instituições externas, impostos por um ou mais grupos dominantes que negam aos demais seu lugar na nova configuração da nação por meio de artifícios discursivos e até persecutórios.

Nesse ínterim, as nações recentes foram construídas como as modernas com base em um discurso oficial excludente, muitas vezes reativo, baseado em estereótipos que criam ilegitimidades e exorcizam proximidades. Desses estereótipos fazem parte boatos que contribuem para a produção e circulação social de uma ideia de outro que podem culminar, inclusive, em supostos discursos de traição nacional (argumento inquestionável para exclusão do projeto de nação, como o caso das *yanggonju*, dos *harkis* e sino-portugueses de Shanghai e Macau e uma instrumentalização dessas ilegitimidades no campo do nacionalismo defensivo.

Para Veena Das, a construção de imagens do outro e de si exime a subjetividade da experiência, retirando dos processos de formação de identidade a vivência e a percepção do outro pela alteridade. Na mesma linha, diz Judith Butler que

aquilo que nos vincula moralmente tem a ver com como o discurso do Outro se dirige a nós de maneira que não podemos evitá-lo ou mesmo dele desviar. Essa implicação realizada pelo discurso do Outro nos constitui, a princípio, contra a nossa própria vontade ou, talvez colocado

de forma mais apropriada, antes mesmo de formarmos a nossa vontade (BUTLER; 2011, 15).

Mais do que dispor das vidas ao seu dispôr, o Estado pode selecionar os indivíduos desejáveis para a identidade nacional e determinar inimigos internos e sujeitos de exílio. Assim, a criação de tensões entre grupos sociais nublam os limites entre perfil e característica própria à nação como um todo, de modo que um grupo só se relaciona ou se define pelo outro – e a definição de nação parte necessariamente desse conflito. A essa criação de tensões entre estereótipos em oposição, Veena Das chamou de “produção social do ódio”, que reflete ciclicamente em discursos e práticas de ataque e defesa. Ele permite, inclusive, voltar um grupo social contra ele mesmo na medida em que há um silenciamento e uma indefinição de identidades geracionais.

O movimento descrito se repete nas nações desenvolvidas e nas subdesenvolvidas como critérios da manutenção de um sistema que se sustenta das desigualdades, como é possível caracterizar o capitalismo, e ainda em discursos mais radicalizados e reivindicatórios de uma localização à esquerda, que preveem a exclusão de habitantes do território nacional em razão da segurança nacional e contra o hibridismo identitário. Assim, como analisa Hannah Arendt na obra *A origem do totalitarismo*, fundamental contribuição para a compreensão do exercício de poder e o estabelecimento do estado de exceção nos Estados modernos, podemos derivar que a manipulação do corpo social na biopolítica é ponto comum entre os pólos opostos das alas políticas tradicionais⁸⁷

As distinções políticas tradicionais (como aquelas entre direita e esquerda, liberalismo e totalitarismo, privado e público perdem a sua clareza e a sua inteligibilidade, entrando em uma zona de indeterminação, logo que seu referente fundamental tenha se tornado a vida nua. [...]

No mesmo passo em que se afirma a biopolítica, assiste-se, de fato, a um deslocamento e a um progressivo alargamento, para além dos limites do estado de exceção, da decisão sobre a vida nua na qual consistia a soberania.

87 Ou, como aponta Paulo Sérgio Pinheiro em resenha sobre tal obra de Arendt, “do liberalismo dos regimes democráticos ao socialismo que se liberaliza”.

[...] É como se toda valorização e toda politização da vida [...] implicasse necessariamente uma nova decisão sobre o limiar além do qual a vida cessa de ser politicamente relevante [...]. Toda sociedade fixa este limite, toda sociedade – mesmo a mais moderna – decide quem são os seus “homens sacros”⁸⁸. É possível, aliás, que este limite, do qual depende a politização e a *exceptio* da vida natural na ordem jurídica estatal não tenha feito mais que se alargar na história do Ocidente e passe hoje – no novo horizonte biopolítico dos estados de soberania nacional – necessariamente ao interior de toda vida humana e de todo cidadão. (AGAMBEN, 2014, 119-135)

A Segunda Diáspora Macaense, provocada pela descolonização oriunda da Revolução de 1949 na China, consistiu na imigração forçada de cerca de 3000 sino-portugueses de Shanghai e Macau, alvos do nacionalismo defensivo maoísta e objetados ao novo projeto de nação. No caso da comunidade macaense, os discursos sobre si e sobre o outro e dos outros sobre si são peculiares por estarem, em termos muito gerais, entre a comunidade portuguesa (e dizer isto é bastante problemático) e a comunidade chinesa; de serem filhos de um processo de colonização, sempre abandonados ou ostracizados. Em Moçambique, o ato de cultura também consistia em substituir a cultura colonialista por uma cultura popular e revolucionária, baseada nas tradições do povo (submetidas a uma “triagem de práticas e valores” valorizados). As negociações partiram então de uma equação inevitável entre a modernidade e o tradicionalismo (ou “contra-modernidade”) uma vez que é impossível abdicar da experiência colonial:

[...] os princípios da convergência e do contraste estavam subjacentes à construção (era essa a palavra que usava) de uma “identidade nacional” em que se elaborasse a síntese da qual a tradição seria reinterpretada pela incorporação crescente de elementos da modernidade. A direção da FRELIMO estava consciente da persistência temporal das estruturas. [...] sua principal preocupação no plano da confrontação cultural era “lutar contra ideias velhas” e “cortar o cordão umbilical” da sociedade colonial e no conceito de “sociedade colonial” se incluía seu prolongamento político, o poder tradicional: tudo quanto vinha do passado e de dominação deveria ser questionado e combatido, [...] porque “os valores, os gostos, as concepções que vêm do passado, ainda que contrárias à linha

88 Na teoria agambeniana, homem sacro, ou *homo sacer*, é aquele que pode ser eliminado.

[política], contrárias à nossa vida, contrárias ao progresso, continuam fortes” (MACHEL, 1974, 100 apud CABAÇO; 2009, 296).

O modo como grupos sociais na sociedade colonial recontam suas memórias e constroem suas identidades é fortemente influenciado pela sua localização social mas não completamente determinada por ela. A construção de estereótipos na definição das identidades e os silenciamentos das narrativas operam na superação da experiência pelo discurso. Tal pode ser considerado uma estratégia subjetiva dos grupos dominantes do Estado na manipulação das identidades e no exercício de poder. Há tensões na narrativa do eu de sujeitos em realidades pós-coloniais que refletem tensões entre identidade individual e a participação em um grupo. Para os Harkis, povo que foi acusado de traição e colocado às margens da sociedade francesa e da argelina durante a Guerra da Argélia, sua identidade como grupo é imposta e insistente. Ela parte de construções reais ou imaginárias dos Harkis por eles mesmos e pelos outros e a constante submersão dos Harkis de suas narrativas individuais em uma coletiva sugere um fato sócio-histórico. Isso também sugere uma separação entre o que eles sabem por experiência e o que aprendem indiretamente sobre parentesco, similaridade e afinidade por imposição (CAPRANZANO; 1992, 109). Essa narrativa de si forjada pelo outro destinou parte da população civil à marginalidade, o não-lugar de pertencimento e, em último caso, a miséria, a disciplina abusiva e a humilhação dos campos de concentração e a migração forçada. Para os que ficavam após o fechamento dos campos em 1978, houve uma grave perda de identidade oriunda dos silêncios e traumas transmitidos de geração a geração. As crianças harki são abandonadas, ostracizadas e exiladas para um território desconhecido em que eles permanecerão sendo sempre estrangeiros. O *outsider* nunca é chamado a compreender o mundo em que se encontra. Os harkis, apesar de sofrerem silenciamentos no

presente, não podem esquecer a guerra pois ela molda a sua identidade. (CAPRANZANO; 1992, 112)⁸⁹.

A guerra que molda a identidade sob o estigma da traição, no caso dos Sikhs, também determina mobiliza discursos de gênero para definição dos lugares sociais na nação e, a partir deles, dos inimigos nacionais. Os estereótipos de feminino e masculino, associados respectivamente aos Hindus e aos Sikhs na conformação da Índia em processo de emancipação e no período pós-independência, por exemplo, foram construídos na disputa pela hegemonia da identidade e do poder político estatal. Os Sikhs recusavam-se a ser governados pelo seu oposto “frágil” e “feminino” enquanto aos Hindus eles pareciam grupos “fanáticos” e “violentos”.

A “produção do ódio” entre os grupos foi destinada a dividir uma história até então compartilhada e a rifar a possibilidade de integração de uma cultura nacional. A narrativa de si dos Sikhs responde a um dualismo sistemático que os separa dos Hindus e vice-versa, sistematicamente produzindo um esquecimento da experiência na evidência do discurso. O discurso de ódio esvazia de significado os aspectos partilhados da vida cotidiana como a linguagem, a mitologia, a religião e a definição de si pelas trocas na alteridade.

A construção da identidade e o exercício de poder nas novas nações prescinde da definição clara dos papéis femininos e masculinos e seus lugares esperados. As *yanggongju*, apresentadas por Grace Cho como “alegorias da nação coreana”, são instrumentalizadas para a segurança nacional de um Estado cujas hegemonias política e moral são masculinas. A divisão sexual do trabalho performada por esta casta de mulheres para a elite nacional durante os períodos pré e pós-coloniais

89 “They did not understand why they were treated as they were, not were they told whats their fathers had done or why. Yes, despite of their parent's silence, the children came to know, if only by indirection, the Harkis' story and experiences, at a step removed, their parents' ambivalence [...] Condemnes as traitors by the Algerians, abandoned by the French, anxious not to be indentified with the Algerian immigrant workes, who reject them in any cause, they have lost their bearings, their country, but not their dignity and pride”. Ver CAPRANZANO, Vincent. *The Harkis: the wound that never heals*. The university of Chicago Press, 1992.

significou, profundamente, em corpos femininos disponibilizados para a guerra e por ela comercializados e traumatizados. Servindo de “amortecedores” dos efeitos devastadores do imperialismo norte-americano em território coreano, entre eles os estrupros como arma de guerra, as *yanggongju* se tornaram meios de controle e campos de batalha para as negociações de relações internacionais. Elas são, ao mesmo tempo, patriotas e vítimas trágicas do imperialismo estadunidense, fundamentais nas relações entre Coreia e Estados Unidos e ausentes das narrativas oficiais. Incorporando os conflitos de sentimentos coreanos sobre um projeto nacional que estava necessariamente em contato com os Estados Unidos, coadunam as contradições da seletividade das identidades⁹⁰ na formação do todo nacional.

Após terem seus corpos politizados e traumatizados, situando-se no limiar da subordinação coreana e a proximidade do “sonho americano”, a participação dessas mulheres no projeto nacional resultou em sua exclusão do mesmo projeto e no exílio da nação. Assim, Grace Cho aponta a figura das *yanggongju* como protagonistas da Diáspora Coreana, uma vez que entre a dissidência da nação e o sonho americano, representam grande parte dos sujeitos da migração coreana entre as décadas de 1950 e 1990 e têm sido importantes agentes na construção das atuais contranarrativas.⁹¹

90 “the yanggongju complicates the boundary between insider and outsider, thus making her a volatile symbol of nationalism. What happens to this narrative of the nation when the “raped woman” is mutually constituted by both the outsider - perpetrator and the violated nation she has come to represent? When the nation has also participated in the woman’s having been violated?”. CHO, Grace. *Haunting the Korean Diaspora: Shame, secrecy and the forgotten war*. University of Minnesota Press, 2008. p.87.

91 “She looks to traditional narratives about women and the state that suggest that “women’s contribution has only been recognized when the state was in peril... During ordinary times, women were often forgotten, excluded, or marginalized, but during national crisis or war, their positions tended to be ‘elevated’ by the state . During this period, the South Korean government began to recognize the role that camptown prostitutes played in building the nation and attempted to socialize camptown sex workers into a new identity—not as a struggling woman negotiating the poverty of postwar Korea but as a “diplomat” fulfilling her duties to the nation by keeping U.S. interests engaged.” (idem. p. 147)

Toma-se, portanto, que a reprodução da biopolítica nos contextos de descolonização conforma os refugiados como sujeitos coletivos emergentes da exclusão, em uma operação em que o corpo social, composto antes pelas noções de nascimento sob *mesmo solo* e *mesmo sangue*, é segmentado entre desejáveis e indesejáveis pelo poder soberano em consolidação

O refugiado emerge desse contexto em uma indefinição política, como símbolo de uma crise radical na biopolítica onde as disposições normativas são destinadas a restringir gradualmente os círculos nacionais antes amparados na díade *solo* e *sangue*. Ele desvela a relação da vida nua como secreto pressuposto do Estado-nação na medida em que, na separação de cidadãos e não cidadãos, escancara o poder estatal de desnacionalização dos inimigos internos. Há, portanto a distinção entre homem-cidadão e homem e cidadão na desvinculação do direito à cidadania e, portanto, à nação, ao nascimento. A vida nua coloca em movimento linhas normativas que devem ser incessantemente redesenhadas. (AGAMBEN; 2014, 129)

Conclusão

Os movimentos de colonização e descolonização partiram de conflitos dos Estados entre si e dentro de si que mobilizaram as populações civis à sua maneira: tanto em nome do progresso e da civilização, como contra a noção ocidental de progresso e civilização. As nações fragmentadas pela intervenção colonialista, na medida em que passam a se insurgir contra essa disposição do corpo social para a guerra, reproduzem a lógica da biopolítica nas definições (muitas vezes reativas de nacionalismo defensivo) do corpo nacional.

De tal maneira, entre os grupos hegemônicos e marginalizados dos contextos particulares da China, Argélia, África do Sul e Coreia há narrativas e contranarrativas que implicam em transições no campo da biopolítica para a redefinição dos conflitos pós-coloniais e, acima deles, dos inimigos nacionais. As estruturas de divisão social e produção social do ódio deixadas pelo colonialismo são reproduzidas pelos Estados emancipados em sua negação que, em contínua instrumentalização do corpo social, resignificam os critérios de pertencimento.

As hierarquias sociais impostas pelo sistema-mundo capitalista nas colônias não deixam de existir nos territórios, mas são complexificadas para além da dicotomia entre colonizados e colonizadores. Entre a presença estrangeira, que em muitos contextos permanece ativa nos territórios do sul, e as castas hegemônicas da nação em formação, encontram-se um sem número de grupos sociais marginalizados ou completamente excluídos dos projetos nacionais, "subjetividades precárias" construídas no marco da "violência epistêmica" colonial que são furtados a um lugar na realidade pós-colonial, sendo declarados inimigos internos. Produzidos e reproduzidos objetiva e subjetivamente, os estereótipos têm função social nas distinções identitárias e relacionam-se com função normativa aos ideais de nação.

Tal processo de exclusão cultural e política de grupos sociais inteiros coloca em marcha grandes ondas migratórias, algumas aclamadas pela historiografia como Diásporas, como a Macaense e a Coreana. Os sujeitos de Diáspora, de forma mais abrangente sujeitos coletivos de exílio, são furtados à possibilidade de retorno apontada como intrínseca à condição de imigrante por Abdelmalek Sayad. Eles são "indivíduos hifenizados", "homens traduzidos", e seu entre-lugar é a permanência em outra localidade e outra cultura que não as suas de origem. A ele recorrem as identidades plurais e parciais e um permanente sentimento de não-pertencimento nacional, marcado muitas vezes pelo trauma, até uma possível assimilação.

Referências bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer – o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2ed. 2014.

ARENDT, Hannah. *As origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BHABHA, Homi. O local da cultura. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

BUTLER, Judith. *Frames of War*. London and New York:Verso, 2009.

_____. *Vidas precárias*. Revista Contemporânea. Dossiê Diferenças e (Des)Igualdades, Jan-Jun, 2011.

CABAÇO, José Luís. *Moçambique: identidade, colonialismo e libertação*. 2009.

CRAPANZANO, Vincent. *The Harkis: the wound that never heals*. The university of Chicago Press, 1992.

CHO, Grace. *Haunting the Korean Diaspora: Shame, secrecy and the forgotten war*. University of Minnesota Press, 2008.

DAS, Veena. *War and the mythological imagination*. Antropologia 16, 2003, pp. 25- 35.

DAS, Veena. *Specificities: Official Narratives, Rumour, and the Social Production of Hate*. *Social Identities*. Feb98, Vol. 4 Issue 1, p109-130. 22p.

FERRO, Marc. *História das Colonizações*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

HOBSBAWM; Eric. *A Era dos Impérios 1875-1914*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

HOBSON, J. A. *Imperialism: a study*. New York: Mercantile Library, 1902.

HOFFMAN, Danny. *The war machines: young men and violence in Sierra Leone and Liberia*. Durham and London: Duke University Press, 2011.

LUTZ, Catherine. *Ethnography at the war century's end*. Journal of contemporary ethnography., vol. 28, nº 6, 1999.

LENIN, Vladimir I. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1987.

MCCLINTOCK, Anne. *Imperial Leather*. New York and London: Routledge, 1992.

RIELDI, Eliza. *The women pro-Boers: gender, peace and the critique of empire in the South African war*. Oxford: Historical Research, vol. 86, no. 231, Blackwell Publishing, 2013.

PINKSY, Jaime (org.). *Questão nacional e o marxismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

SCHUMPETER, Joseph. *Imperialismo e classes sociais*. Introdução de Paul Sweezy. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

SAYAD, Abdelmalek. *A imigração: ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo, Edusp, 1998.

SILVA, Ligia Maria Osorio; OLIVEIRA, Milena Fernandes. *Schumpeter e as raízes históricas do imperialismo*. REVISTA Soc. Bras. Economia Política, São Paulo, n° 31, p. 65-96, fevereiro 2012.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

TILLY, Charles. *Coerção, Capital e Estados Europeus*. Trad. Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Edusp, 1996.